

**EDITAL**

**N. 0702734-15.2017.8.07.0001 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** - A: VERSA - ALUMINIO, CONSTRUCAO E LOCAÇAO LTDA - EPP. Adv(s): DF18251 - RODRIGO NEIVA PINHEIRO. R: SPE CEILANDIA BSB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A. Adv(s): DF33896 - FRANCISCO ANTONIO SALMERON JUNIOR, DF35977 - FERNANDO RUDGE LEITE NETO. T: JUSSIARA SANTOS ERMANO SUKIENNIK. Adv(s): Nao Consta Advogado. Poder Judiciário da União TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS 14VARCVBSB 14ª Vara Cível de Brasília Processo: 0702734-15.2017.8.07.0001 Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) Assunto: Empreitada (9591) EXEQUENTE: VERSA - ALUMINIO, CONSTRUCAO E LOCAÇAO LTDA - EPP EXECUTADO: SPE CEILANDIA BSB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A EDITAL DE INTIMAÇÃO - LEILÃO ELETRÔNICO - BEM IMÓVEL PROCESSO N.: 0702734-15.2017.8.07.0001 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Autor(es)/Exequente(s): VERSA - ALUMINIO, CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA - EPP (CNPJ: 22.128.321/0001-09) Advogado(s): RODRIGO NEIVA PINHEIRO ? OAB/DF 18251 Réu(s)/Executado(s): SPE CEILANDIA BSB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A (CNPJ: 13.523.499/0001-63) Advogado(s): FERNANDO RUDGE LEITE NETO ? OAB/DF 35977 e FRANCISCO ANTONIO SALMERON JUNIOR ? OAB/DF 33896 O Excelentíssimo Sr. Dr. ANDRÉ GOMES ALVES, Juiz de Direito Substituto da 14ª Vara Cível de Brasília/DF, no uso das atribuições que a lei lhe confere, torna público que, no(s) dia(s) e hora abaixo especificado(s) será(ão) levado(s) a LEILÃO ELETRÔNICO o(s) bem(ns) descrito(s) no presente edital. O leilão realizar-se-á de forma eletrônica e será conduzido pela leiloeira oficial JUSSIARA SANTOS ERMANO SUKIENNIK, devidamente inscrita na JCDF nº 56/2012, através do portal [www.jussiaraleiloes.com.br](http://www.jussiaraleiloes.com.br). DATAS E HORÁRIOS 1º leilão: inicia-se no dia 12/02/2019, às 13:00 horas, aberto por mais 10 minutos para lances, por valor igual ou superior ao da avaliação. O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para o 1º leilão (art. 11, da Resolução 236/2016 do CNJ). Não havendo lances no primeiro leilão, seguir-se-á, sem interrupção, o segundo leilão. 2º leilão: inicia-se no dia 15/02/2019, às 13:00 horas, aberto por no mínimo 10 minutos para lances, que não poderão ser inferiores a 50% do valor da avaliação. O site estará disponível para recepção de lances a partir do encerramento da primeira hasta. Sobrevindo lance nos 03 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão será prorrogado em 03 (três) minutos e assim sucessivamente a cada lance efetuado nos últimos 03 (três) minutos, para que todos os USUÁRIOS interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances (artigo 21 da Resolução 236 CNJ de 13 de julho de 2016), passados 03 (três) minutos sem novo lance, o leilão será encerrado. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a apreciação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail. DESCRIÇÃO DO BEM: Imóvel na QNN 31, AREA ESPECIAL "A", LOJA 1, CEILÂNDIA/DF, localizada no 1º pavimento, formada por espaço para loja, com área privativa de 43,13m²; área de uso comum de 63,69m²; área total de 106,82m²; e coeficiente de proporcionalidade igual a 0,007456. Obs.: O imóvel não possui divisão em compartimentos, sem acabamento, piso no cimento, com parede numa lateral e no fundo. O imóvel é localizado próximo ao centro de Ceilândia, local totalmente urbanizado, com acesso a vias públicas. Imóvel matriculado sob o nº 53.003, Registrado no Livro 2, Registro Geral, no Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: O imóvel foi avaliado por R\$ 131.546,50 (cento e trinta e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme decisão interlocutória datada de 18 de julho de 2018. ÔNUS, RECURSOS E PROCESSOS PENDENTES (ART. 886, VI, CPC): Eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS (IPTU/TLP) e OUTRAS: Caberá a parte interessada, ainda, a verificação de outros débitos incidentes sobre o imóvel, que não constem dos autos (art. 18 da Resolução 236/CNJ). Os débitos anteriores ao leilão de natureza propter rem (por exemplo: débitos condominiais) e os débitos anteriores tributários (por exemplo: IPTU e TLP) incidirão sobre o preço da arrematação (§ 1º do artigo 908 do CPC e artigo 130 § único do Código Tributário Nacional - CTN) e deverão ser informados por extratos pelo Arrematante no processo judicial para terem preferência sobre os demais créditos e débitos. (Art. 323, Art. 908, § 1º e § 2º do Código de Processo Civil e Art. 130, Par. Único do Código Tributário Nacional). DÉBITO DA DEMANDA PROCESSUAL: R\$ 13.754,50 (treze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), em 02 de outubro de 2018. CONDIÇÕES DE VENDA: Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site da leiloeira [www.jussiaraleiloes.com.br](http://www.jussiaraleiloes.com.br), aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, comprovante de endereço e se for pessoa jurídica CNPJ e contrato social (resolução 236/2016 CNJ, arts. 12 a 14). O bem a ser leilado encontra-se em poder da Executada SPE CEILANDIA BSB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A, SRTVS, 110, QUADRA 701, BLOCO O, N 110, SALAS 526 A 528, Asa Sul, BRASÍLIA/DF, a qual foi designada como depositária do bem. A venda será efetuada no estado de conservação em que se encontra o bem, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, não cabendo responsabilização da leiloeira ou do Juízo por vícios ocultos ou não. São de responsabilidade do arrematante os atos de transferência de propriedade, baixa de gravames e imissão na posse, bem como taxas e emolumentos do depósito público, se houver. (Art. 901, ?caput?, § 1º e § 2º e Art. 903 do Código de Processo Civil). Pagamento e recibo de arrematação: A arrematação far-se-á mediante pagamento de 20% do valor da arrematação, como sinal, com o pagamento do remanescente no prazo de 2 dias úteis, sob pena de se tornar sem efeito a arrematação, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo desta 14ª Vara Cível, que poderá ser emitida pela leiloeira. Comissão da leiloeira: A comissão devida a leiloeira será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 24 do Decreto 21.981/32 e art. 7 da Resolução 236/CNJ). O valor da comissão da leiloeira poderá ser paga na forma indicada pela mesma no prazo de 24h (vinte e quatro horas) da realização do leilão. Não será devida a comissão a leiloeira na hipótese, de desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública. Na hipótese de acordo ou remissão após a alienação, a leiloeira fará jus à comissão. Na eventualidade da arrematação de determinado lote restar frustrada devido ao não atendimento de requisito necessário pelo arrematante, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, caso haja interesse, a confirmação da arrematação pelo valor por ele ofertado. Dúvidas e esclarecimentos: contatar com a Leiloeira pelos telefones (61) 9912970232 - 0800-707-9272 ou e-mail [contato@jussiaraleiloes.com.br](mailto:contato@jussiaraleiloes.com.br). Os documentos para efetivação do cadastro no portal deverão ser enviados ao e-mail [contato@jussiaraleiloes.com.br](mailto:contato@jussiaraleiloes.com.br). Ficam os interessados intimados com a publicação do presente edital, que será feita na plataforma de editais do TJDF (www.tidft.us.br). nos termos do art. 887, § 1º do Código de Processo Civil e em site especializado da Leiloeira e por todos os meios de comunicação por ele escolhidos para maior divulgação da venda. Nos termos do art. 889, parágrafo único, do Código de Processo Civil, caso o(s) executado(s) revel e sem advogado nos autos, não seja encontrado para intimação, considera-se intimado por meio do presente edital. Brasília/DF, 06 de dezembro de 2018. ANDRÉ GOMES ALVES Juiz de Direito Substituto